



**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"**

ANTEPROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº. 009/2021

**INSTITUI E REGULAMENTA A CONCESSÃO
DE BONIFICAÇÃO POR DESEMPENHO PARA
OS PROFISSIONAIS EM EFETIVO EXERCÍCIO,
NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ**, Estado do Espírito Santo, através dos vereadores que a este subscrevem consubstanciados na Lei Orgânica Municipal c/c Regimento Interno da Câmara Municipal de Jaguaré/ES, apresenta, na forma regimental, o seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica instituída nos termos desta Lei a Bonificação por Desempenho, a ser paga aos profissionais em efetivo exercício no âmbito da Secretaria Municipal de Educação - SEME, mensurada por indicadores previamente estabelecidos, com o objetivo de:

I - Valorizar a categoria;

II - Proporcionar a melhoria e o aprimoramento permanente da qualidade da educação básica pública municipal;

III - Estimular a busca pela melhoria contínua do desempenho dos alunos e da gestão das unidades escolares e administrativas.

§1º. Consideram-se profissionais em efetivo exercício no âmbito da SEME, aqueles que atuam na Unidade Administrativa da SEME e Unidades Escolares Municipais, que ocupam cargos efetivos, em designação temporária, comissionados ou que estejam cedidos para a SEME.

§2º. No caso de profissionais cedidos para a SEME é condição necessária que estejam em situação regular, mediante convênio de cessão firmado entre as partes, que tenham seus salários e encargos sociais reembolsados mensalmente pela SEME ao órgão de origem ou percebam gratificação por exercício de cargo em comissão.

§3º. No Decreto regulamentador desta Lei serão relacionados todos os títulos dos cargos que tem direito ao recebimento da Bonificação por Desempenho.

Art. 2º. A Bonificação por Desempenho constitui prestação pecuniária eventual, desvinculada da remuneração do profissional, que a perceberá de acordo com o cumprimento de indicadores de qualidade preestabelecidos pela SEME e disponibilidade financeira, regulamentado através de Decreto.



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

Parágrafo único: A Bonificação por Desempenho não integra e nem se incorpora aos vencimentos, subsídios, proventos ou pensões para nenhum efeito e não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária ou benefício.

Art. 3º. A Bonificação por Desempenho será paga na proporção direta do alcance dos indicadores de qualidade preestabelecidos para a unidade escolar ou administrativa onde o profissional estiver desempenhando suas funções, observados os artigos 8º e 9º desta Lei.

Parágrafo único: Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, as unidades escolares e administrativas serão submetidas à avaliação destinada a apurar o desempenho obtido em cada período, de acordo com os indicadores de qualidade e metas desta lei.

Art. 4º. A avaliação, a que se refere o parágrafo único do artigo 3º desta Lei, será baseada em indicadores que deverão refletir o desempenho institucional no sentido da melhoria da qualidade da aprendizagem, podendo considerar, quando for o caso, indicadores de desenvolvimento gerencial e de absenteísmo.

Parágrafo único: Os indicadores, a que se refere o *caput* deste artigo, serão definidos para períodos determinados, observados os critérios de:

- I - Alinhamento com os objetivos estratégicos da SEME;
- II - Comparabilidade ao longo do tempo;
- III - Mensuração objetiva e apuração a partir de informações previamente existentes;
- IV - Publicidade e transparência na apuração.

Art. 5º. Os indicadores globais e específicos, bem como os critérios de apuração e avaliação, as metas de toda a SEME e das unidades escolares serão definidas mediante proposta de Comissão Interna, a ser criada por Decreto pela Secretaria Municipal de Educação - SEME.

§1º. Os indicadores de qualidade, critérios e metas das unidades escolares e administrativas deverão estar alinhados com os definidos para toda a SEME.

§2º. Dar-se-á ampla publicidade às informações utilizadas para a definição e apuração das metas referidas no *caput* deste artigo.

Art. 6º. A avaliação, de que se trata o parágrafo único do artigo 3º desta Lei, será realizada em periodicidade não superior a 01 (um) ano, em cada exercício, sendo facultada a sua realização em período menor entre as unidades escolares e administrativas, quando for o caso.

§1º. O período de avaliação será definido pela SEME.



CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"

§2º. As regras para a interposição de recursos sobre os resultados obtidos pela unidade escolar ou administrativa no processo de avaliação, seu julgamento e demais providências serão estabelecidas por Decreto expedido pela SEME.

§3º. Em situações de calamidade pública, a Secretaria Municipal de Educação poderá utilizar o índice da última avaliação existente, para fins de apuração da avaliação do ano em curso.

Art. 7º. Somente será paga a Bonificação por Desempenho ao profissional que tenha contribuído para o cumprimento das metas em pelo menos 2/3 (dois terços) do período de avaliação.

Parágrafo único: Os servidores cedidos, afastados, desligados ou em licença para tratar de interesse particular, na forma da lei, durante o período de avaliação, somente terão direito à Bonificação por Desempenho, de maneira proporcional aos dias efetivamente trabalhados, desde que cumpram o tempo mínimo de participação previsto no *caput* deste artigo.

Art. 8º. O valor da Bonificação por Desempenho, a ser pago anualmente, será de até 01 (uma) retribuição mensal percebida pelo profissional, na proporção direta do alcance dos indicadores de qualidade preestabelecidos, mediante Decreto.

Art. 9º. A concessão da Bonificação por Desempenho tem o objetivo de valorizar o magistério, proporcionar a melhoria e o aperfeiçoamento permanente da qualidade da educação básica pública municipal e estimular a busca pela melhoria contínua do desempenho dos alunos e da gestão das unidades escolares e administrativas.

Art. 10. O período de avaliação para o pagamento da Bonificação por Desempenho será de 1º de março a 31 de outubro de cada ano.

Art. 11. Os profissionais da SEME movimentados por interesse da administração pública, para exercerem função gratificada de diretor escolar, coordenador pedagógico e coordenador de turno, também serão contemplados pela Bonificação por Desempenho, previsto nesta Lei.

§1º. Não se aplicam as regras de avaliação aos profissionais indicados no *caput* deste artigo.

§2º. Para a contagem do número de dias efetivamente trabalhados pelos profissionais referidos no *caput*, admite-se que o exercício tenha ocorrido em mais de uma unidade administrativa ou escolar pertencente à estrutura organizacional da SEME.

Art. 12. São considerados dias efetivamente trabalhados durante o período de avaliação, aqueles em que o profissional tenha exercido regularmente suas funções, desconsiderando



**CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Sala das Sessões "José Carlos Queiroz"**


toda e qualquer falta, inclusive justificada e/ou abonada, licenças em geral e os demais afastamentos legalmente admitidos; exceto o afastamento em virtude de férias e licença a maternidade e paternidade.

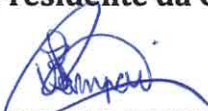
Art. 13. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento da SEME, ficando autorizada a abertura de créditos adicionais, se necessário.

Art. 14. A regulamentação desta Lei deverá ser feita por meio de Decreto expedido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 12 de agosto de 2021.


JEAN FÁBIO COSTALONGA
Presidente da Câmara;


VALDEMAR PAIVA SAMPAIO
Vereador